



GRUPO PARLAMENTAR

Exm.º Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
M. I. Deputado José de Matos Rosa

ASSUNTO: Audição urgente da Ministra da Saúde, a propósito da crescente degradação das condições de acesso dos doentes aos cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde

O colapso sentido pelos Portugueses no acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) é a marca mais dramática da actual governação do Partido Socialista, apoiada pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista.

O aumento dos tempos de espera dos utentes do SNS para consultas hospitalares e para cirurgias programadas evidencia bem a realidade que se acaba de reconhecer, proliferando as situações de especialidades hospitalares em que os doentes são obrigados a esperar largos meses, por vezes mesmo anos, pelo acesso às prestações de saúde de que carecem.

Com efeito, em termos de consultas médicas, segundo os Relatórios Anuais sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS, relativos aos anos de 2015 e 2017, ambos da responsabilidade do actual executivo, a percentagem de consultas programadas realizadas nos hospitais públicos, em desrespeito pelo Tempo Máximo de Resposta Garantido (TMRG) aumentou de 26% para 28%, respectivamente.

Por seu turno, no que se refere à actividade cirúrgica programada no SNS, o mesmo Relatório governamental revela que, entre 2015 e 2017, não só o número de doentes inscritos para cirurgia aumentou de 197 mil para 231 mil, como a percentagem de inscritos que ultrapassam o TMRG subiu de 12,2% para 14,5% e a média do tempo de espera para uma operação passou de 2,9 meses para 3,1 meses.



GRUPO PARLAMENTAR

Sucedem que os últimos dados publicados no Portal do SNS, relativamente aos tempos médios de resposta para primeiras consultas hospitalares e cirurgias programadas, dão mesmo conta do agravamento desta realidade avassaladora.

Com efeito, no que se refere às primeiras consultas hospitalares, verificam-se, pelo menos, 632 situações de especialidades hospitalares em que a espera média dos utentes ultrapassa o TMRG, assim distribuídas:

- 180, no caso de consultas muito prioritárias, 59 das quais com atraso de resposta por tempo igual ou superior ao dobro do TMRG definido (30 dias);
- 129, no caso de consultas prioritárias, 37 das quais com atraso de resposta por tempo igual ou superior ao dobro do TMRG definido (60 dias);
- 323, no caso de consultas normais, 127 das quais com atraso de resposta por tempo igual ou superior ao dobro do TMRG definido (150 dias).

Igualmente no que se refere às cirurgias programadas, verificam-se, pelo menos, 312 situações de especialidades hospitalares em que a espera média dos utentes ultrapassa o TMRG, assim distribuídas:

- 47, no caso de cirurgias muito prioritárias (Doença Oncológica e não Oncológica), 23 das quais com atraso no tempo de resposta igual ou superior ao dobro do TMRG definido (15 dias);
- 35, no caso de cirurgias prioritárias (Doença Oncológica), 4 das quais com atraso no tempo de resposta igual ou superior ao dobro do TMRG definido (45 dias);
- 67, no caso de cirurgias prioritárias (Doença não Oncológica), 12 das quais com atraso no tempo de resposta igual ou superior ao dobro do TMRG definido (60 dias);
- 51, no caso de cirurgias normais (Doença Oncológica), 6 das quais com atraso no tempo de resposta igual ou superior ao dobro do TMRG definido (60 dias);
- 112, no caso de cirurgias normais (Doença não Oncológica), 13 das quais com atraso no tempo de resposta igual ou superior ao dobro do TMRG definido (180 dias).

Esta realidade, já de si absolutamente inaceitável, na medida em que compromete flagrantemente o direito de acesso dos cidadãos à proteção da saúde, evidencia ainda o falhanço da política de saúde que o Partido Socialista tem prosseguido ao longo destes mais de três anos, com o apoio cúmplice dos partidos políticos da extrema-esquerda.



GRUPO PARLAMENTAR

Um falhanço também comprovado no significativo aumento do número de atendimentos nos serviços de urgência hospitalares do SNS verificado nos últimos anos, que quase atingiu os 6,4 milhões, em 2018, contra 6,1 milhões, em 2015.

Um falhanço ainda revelado no aumento dos encargos com o recurso às prestações de serviços médicos no SNS, que, desde 2016, foram sempre superiores aos verificados no final da anterior Legislatura, em que se situavam nos 80 milhões de Euros, estimando-se que, em 2018, esses custos tenham inclusivamente ultrapassado os 100 milhões de Euros.

Neste contexto, não surpreende que o próprio Presidente do Conselho Económico e Social, Dr. Correia de Campos, tenha reconhecido, em Setembro do ano passado, sintomaticamente um mês antes da substituição do anterior Ministro da Saúde do actual Governo, que “Em 2018 o SNS corre o risco de se transformar numa caricatura do que pretendiam os seus fundadores”.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer que a Comissão de Saúde delibere ouvir com urgência a Ministra da Saúde, a fim de saber se o Governo pretende, agora, quase no final da Legislatura, adotar medidas com vista a inverter esta crescente degradação das condições de acesso dos doentes aos cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde, bem como a obter esclarecimentos sobre o teor e a calendarização dessas eventuais medidas e dos objectivos que nas mesmas se conterão.

Palácio de S. Bento, 8 de março de 2019

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD,
Adão Silva
Ricardo Baptista Leite
Luís Vales